

A questão da razão como critério distintivo entre homem e animal

The question of reason as a criterion of distinction between man and animal

José Claudio Morelli Matos¹
Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo: A visão tradicional da filosofia moderna considera a distinção entre o homem e os animais como resultante da posse da razão. Isto está de acordo com uma concepção do lugar do ser humano na natureza como um lugar de destaque e superioridade em relação às outras formas de vida. Por outro lado, a gradual substituição desta postura leva a uma aproximação entre os seres vivos e a uma destituição do lugar de domínio que se julgava ser ao homem devido. Tudo isso, naturalmente, vai resultar em uma crítica ao conceito tradicional de razão, como a faculdade exclusivamente humana de encontrar a verdade. Ao que parece, a filosofia não está em condições de, sozinha, julgar até que ponto a origem comum com os outros seres vivos é relevante para a teoria do conhecimento. Entretanto, é do maior interesse descobrir até que ponto se pode estender esta analogia entre o ser humano e os animais. Diante das similaridades reveladas pelas ciências, procurar este elemento de distinção no meio ambiente cultural parece bem mais viável do que procurar entre as capacidades cognitivas do sujeito.

Palavras-chave: razão, animal, epistemologia, conhecimento.

Abstract: The traditional view in modern philosophy considers the distinction between man and other animals as resulting from the possession of reason. This is in keeping with a view of the place of human beings in the whole of nature as a place distinguished from and superior to the place of other forms of life. On the other hand, the gradual change of this attitude leads to an approximation among all forms of life and to a loss of the predominant place attributed to man. Of course all this entails a critique of the traditional concept of reason taken as the exclusively human faculty of finding the truth. As it seems, philosophy alone cannot judge to what extent the common origin of man and other species is relevant to the theory of knowledge. Nevertheless, it is a point of major interest to ask how far one can extend the analogy between humans and animals. In the light of the similarities revealed by science, looking for this distinctive element in the cultural environment seems to be much more viable than to look for it in the subject's cognitive capacities.

Key words: reason, animal, epistemology, knowledge.

¹ Departamento de Ciências Humanas, FAED – UDESC. Rua Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi. 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: doutortodd@gmail.com

Introdução

Este é um ensaio que aborda um conjunto relativamente vasto de problemas, seu objetivo é apontar algumas direções em que estes temas convergem, vindo a fazer parte da mesma panorâmica. O conceito de razão, a capacidade de conhecimento, o lugar do ser humano no mundo natural, e o modelo explicativo da evolução como adaptação, podem, segundo se supõe, ser tratados, pelo menos no caso presente e em linhas gerais, como componentes de uma temática conjunta. Na base desta suposição, pretende-se apresentar algo acerca de como a distinção tradicionalmente operada entre o ser humano e os outros animais, por causa da posse do que se costuma chamar de razão, acaba se tornando alvo de críticas e reformulações, a partir da admissão da relevância do modelo explicativo da evolução por seleção natural para esta controvérsia.

As duas concepções de “razão”

Parece haver uma distinção, tradicionalmente aceita, entre os seres humanos e os outros animais, com base no critério da capacidade de conhecimento. Ninguém duvidaria de que há, de fato, uma enorme diferença entre o comportamento cognitivo do ser humano e o dos outros animais. Na teoria do conhecimento moderna, com efeito, uma concepção tradicional de razão é costumeiramente estabelecida como base desta distinção. Na modernidade, o representante mais conhecido desta postura é Descartes. Sua descrição da razão como a capacidade de encontrar a verdade é o marco de uma tradição na história do pensamento, que situa a razão como o traço distintivo fundamental do ser humano. Ele afirma que “quanto à razão ou ao bom senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais, quero crer que existe inteiramente em cada um, e seguir nisso a opinião comum dos filósofos” (Descartes, 1987, p. 29). Nesta adoção da razão como um critério distintivo, Descartes é seguido por outros pensadores influentes da tradição filosófica. Locke, por exemplo, no *Ensaio acerca do entendimento humano*, afirma o seguinte:

[...] a palavra “razão” no idioma inglês, tem diferentes significados: às vezes é tomada por princípios verdadeiros e claros; e outras vezes pela causa, e especialmente pela causa final. Mas a consideração que farei sobre ela importa num significado diferente de todos estes, dizendo respeito a como ela significa a faculdade do homem, que é a faculdade pela qual o homem é suposto distinguir-se das bestas, e pela qual é evidente que ele as ultrapassa (Locke, 1987, p. 198).

Locke enuncia nesta passagem um determinado conceito de razão, como a capacidade de formular conhecimento, que funciona também como uma forma de demarcar, de distinguir um modo de ser que é específico do homem.

Leibniz, nos *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, também manifesta a mesma posição acerca da razão: “Aqui a consideramos como uma faculdade, pela qual supomos que o homem se distingue do animal e o supera em muito” (Leibniz, 1987, p. 389). Como resultado, a filosofia que esta tradição desenvolve, saindo de tal ponto de partida, preocupa-se em explicar a capacidade e o alcance do conhecimento, entendendo tal conhecimento como um elemento encontrado exclusivamente no ser humano, e do qual só ele seria dotado.

Entretanto, se pode perguntar em que fundamentos conceituais esta distinção está baseada. Na medida em que as bases teóricas segundo as quais se concebe esta distinção têm se modificado na história do pensamento moderno, a própria

concepção de razão sofreu modificações. Como consequência, a epistemologia, ou teoria do conhecimento, vem reagindo de diferentes maneiras às teorias sobre a relação das capacidades cognitivas humanas e animais. Alguns autores são favoráveis a uma visão que aproxime estas capacidades enquanto outros, à manutenção de um critério mais definido, mantendo a demarcação mais nítida do terreno da razão.

Ao examinar o trajeto desta discussão no pensamento moderno, espera-se adotar o ponto de vista segundo o qual a questão da distinção estabelecida pela posse da razão pelo ser humano é, no mínimo, relevante o bastante para não passar despercebida e negligenciada por nenhum dos lados da polêmica. Tomando, então, como ponto de partida a distinção quanto à capacidade de conhecimento do ser humano e dos outros animais, é possível distinguir historicamente duas posturas rivais.

De um lado, temos os defensores de uma distinção que, na falta de um termo melhor, chamemos de categórica ou qualitativa. Distinção esta fundada no fato de que os humanos são possuidores de alguma capacidade, faculdade, ou característica fundamental que os outros animais não possuem, e que determina o lugar ocupado pelo ser humano no topo de uma escala dos seres animados. A razão seria uma substância, uma existência distinta, que habita, ou compõe os seres humanos, caracterizando sua subjetividade.

Do outro lado encontram-se os defensores de uma distinção gradual, ou quantitativa. Ela está baseada no fato de que o ser humano tem determinadas características mais desenvolvidas, enquanto nos outros animais estas características se apresentam em um menor grau. A razão, neste caso, significaria não uma faculdade, poder, ou substância, mas a soma de capacidades, em um determinado grau ou estágio de desenvolvimento. A razão seria vista como uma função, ou soma de funções do comportamento do ser vivo. Esta diferença apenas gradual nas capacidades cognitivas teria, como é de se notar, o significativo efeito de levar o ser humano a ser capaz de manifestar comportamento cognitivo em um nível que não é encontrado nos outros animais.

Examinemos primeiro a distinção categórica: na modernidade, o representante mais conhecido desta postura é, como já afirmado acima, Descartes. Para Descartes, o poder de distinguir a verdade da falsidade, o poder de inferir, o poder de produzir conhecimento, é o atributo exclusivo do ser humano, pelo qual se pode estabelecer para ele um lugar distinto do lugar dos animais em geral, no mapa dos seres vivos. O mundo humano é um mundo radicalmente, essencialmente diferente do mundo natural. Como resultado, a filosofia que esta tradição desenvolve, saindo de tal ponto de partida, preocupa-se em explicar a capacidade e o alcance do conhecimento, entendendo tal conhecimento como um elemento exclusivamente encontrado no ser humano, e do qual só ele é dotado. Os animais, então, tendem a ser descritos como dotados de movimento, e mesmo da capacidade de perceber e reagir de certo modo às coisas à sua volta, sem que isso implique falar de conhecimento, de raciocínio ou deliberação nos animais.

A própria descrição dos animais que encontramos nos pensadores modernos – como os acima citados – é relevante por não atribuir aos animais nenhum grau significativo do que se poderia definir como uma capacidade de adquirir conhecimento. Do mesmo modo que Descartes, Leibniz imagina a natureza como um sistema mecânico, no qual as manifestações mais complexas da vida, e mesmo as da razão, resultam da animação da matéria por um princípio espiritual, ou uma alma. No homem, esta alma se distingue radicalmente por ser de uma ordem superior, que tem como efeito a razão. A mente racional é considerada em sua integridade, por isso, todo sistema complexo, toda adaptação de meios e fins é vista como resultado da intenção racional. Daniel Dennett descreve bem esta visão como o princípio de

que “é preciso uma inteligência para fazer uma inteligência” (Dennett, 1998, p. 74). Como somente o engenho racional pode produzir sistemas ordenados, o sistema ordenado da natureza como um todo resultaria, ele mesmo, de um plano racional. Como se sabe, isto tem efeitos profundos na concepção dos princípios que explicam o funcionamento do mundo natural.

As visões de razão e as teorias da natureza

Associada a esta concepção da razão humana, está uma concepção acerca da natureza em geral, e do tipo de lei ou regularidade que um investigador pode encontrar no estudo da natureza. Em uma direção, então, se pode ver uma determinada teoria do conhecimento, que é estruturada sobre as bases desta concepção tradicional de razão, nos moldes acima descritos. E, nessa mesma direção, uma teoria da natureza onde se espera que o ser humano ocupe um lugar que lhe é peculiar, especial, próprio, em relação aos outros seres vivos. Esta teoria da natureza determina, em parte, o modo como o investigador irá tentar explicá-la, ou seja, a concepção inicial de como a natureza é ordenada, em parte determina o tipo de mecanismo de explicação usado na pesquisa do mundo natural. Estamos, naturalmente, falando do horizonte metodológico conhecido como mecanicismo, segundo o qual os fenômenos naturais poderiam ser explicados por uma investigação baseada nas leis mais gerais concernentes aos fenômenos da matéria e do movimento. O caso é que a razão e suas realizações, por serem de uma natureza específica, não se submetem a este esquadro e, portanto, desde o princípio, seu estudo mereceria um lugar destacado: o de filosofia primeira, ou metafísica.

Em linhas gerais, é possível reunir no pensamento dos autores da Modernidade algumas características relacionadas a esta concepção acerca dos princípios naturais, que favoreceriam a admissão da distinção radical entre humanos e animais: A noção de espécie como uma categoria real, imutável, como a unidade conceitual pela qual se pode classificar e estudar os seres vivos. A noção de escala da natureza, associada, ou identificada com certo finalismo, patrocinado pela forte corrente da Teologia Natural. E principalmente o mecanicismo, ou seja, a noção de que o mundo natural é explicável por meio de regularidades imutáveis e de alcance bastante geral, tais como as da física. Estas três atitudes combinadas produziram um modo de explicar a natureza em que a separação – por meio da capacidade cognitiva – entre humanos e animais foi muito favorecida.

Por outro lado, a substituição destas posturas na história do pensamento leva a uma aproximação entre os seres vivos e a uma destituição do homem de seu lugar de domínio, que se julgava ser a ele devido por causa da posse da razão. Esta substituição é consequência da adoção de outras concepções no processo da história do pensamento acerca dos seres vivos:

- (i) A noção de evolução e constante mutabilidade das espécies vivas ao longo de um vasto intervalo de tempo.
- (ii) O descrédito do finalismo, e a adoção de leis inerentes ao próprio mundo natural para explicar sua complexidade e ordenação.
- (iii) A adoção de métodos e procedimentos próprios ao estudo da vida, distintos dos procedimentos adotados pelo mecanicista.

Pode-se acrescentar que o aumento de credibilidade do transformismo e das teorias sobre a idade da Terra reforçou a substituição do mecanicismo por uma concepção mais apropriada ao estudo da vida, que culminou, como é conhecido,

na revolucionária teoria apresentada por Darwin em 1859, na *Origem das espécies*. Um processo natural pôde plausivelmente ser considerado como a origem da razão, por meio de um longo processo de acumulação de pequenas variações. Com ainda mais ênfase neste caso, em 1871, na *Origem do homem*, ele afirma:

De todas as faculdades da mente humana, será, eu presumo, admitido que a Razão se encontra no topo. Apenas umas poucas pessoas atualmente disputam se animais possuam algum poder de raciocínio. Animais podem ser vistos constantemente a fazer uma pausa, deliberar e resolver. É um fato significativo que, quanto mais os hábitos de qualquer animal particular são estudados por um naturalista, mais ele os atribui à razão e menos a instintos não-aprendidos (Darwin, 1952 [1871], cap. III, p. 292).

Este processo de desenvolvimento e consolidação de uma distinção meramente gradual entre a capacidade humana e animal de produzir conhecimento é o que se supõe que tenha desencadeado um efeito na reflexão filosófica de caráter epistemológico – qual seja: A crítica ao conceito tradicional de razão, como a faculdade de encontrar a verdade, atributo próprio dos seres humanos.

Esta crítica apresenta diferentes versões no pensamento moderno, e é difícil determinar até que ponto o avanço no pensamento biológico inspirou cada uma delas. Mesmo antes de Darwin, vemos sinais da tentativa de conceber razão em um horizonte distinto do tradicional, tentativa inspirada numa diretriz metodológica mais experimental e menos especulativa. O exemplo que primeiro nos vem à mente é o de David Hume que declara, em uma seção presente tanto no *Tratado da natureza humana* como na *Investigação sobre o entendimento humano* que a razão não conta significativamente como um traço distintivo - presente no homem e ausente nos animais. Tanto em um como no outro caso, é um instinto compartilhado, e que varia apenas em gradação, o responsável pela mais importante parte de nosso comportamento cognitivo. Assim,

o próprio raciocínio experimental, que compartilhamos com os animais e do qual depende toda a condução da vida, nada mais é do que uma espécie de instinto, ou poder mecânico, que age em nós de forma desconhecida para nós mesmos (Hume, 1999, p. 73).

Temos, então, a versão mais recente (gradualista) da distinção entre os poderes mentais, ou as estruturas cognitivas humanas e animais. Aqui o ser humano é identificado como uma espécie animal entre outras, submetido, portanto, às mesmas leis naturais que deram origem à forma e diversidade das outras espécies de seres vivos na natureza. Assim, sua capacidade de conhecimento não é exatamente única, ou especialmente desenvolvida, mas antes uma manifestação de capacidades comuns a outros seres vivos.

O aspecto epistemológico da distinção entre homem e animal

Mas é preciso ressaltar que as pesquisas de caráter filosófico e as de caráter científico têm sido conduzidas de modo relativamente independente. Os pesquisadores de um campo não necessariamente se sentem afetados pelas descobertas e declarações do outro. A epistemologia, ou teoria do conhecimento, durante boa parte da modernidade continuou a ser considerada como uma filosofia primeira. Uma filosofia anterior logicamente às ciências particulares, por ser aquela encarregada justamente

de estabelecer as condições em que é possível obter-se um conhecimento científico legítimo e confiável, ou seja, as condições do alcance e dos limites do conhecimento científico (incluindo este que afirma a continuidade – por assim dizer – da capacidade racional humana e animal).

A partir da consolidação e da disseminação cada vez maior do paradigma darwiniano, esta separação de disciplinas e de problemas distintos passa a apresentar uma espécie de convergência. As ciências da vida chamam a atenção dos epistemólogos contemporâneos que se interessam pela questão do conhecimento humano como um fenômeno evolutivo, um fenômeno natural, explicável, pelo menos em certa medida, pelo efeito evolutivo da seleção natural. E aqui a diferença, bem como a semelhança, entre aspectos do conhecimento humano e do de outras espécies revela-se um campo fértil em temas para a discussão e a investigação, tanto no panorama das ciências como no da filosofia. De um lado, temos autores como Popper, Hull, Ruse, tentando produzir uma epistemologia tendo em consideração a evolução biológica tal com descrita pelo cientista, e também o critério gradual de distinção de que falamos acima, entre homem e animal. De outro, temos autores como Dawkins e Dennett, que, sem contradição com a epistemologia evolutiva, pretendem mais especificamente uma reflexão na qual os fenômenos e processos de maior complexidade, como a ciência e a moralidade, podem resultar de eventos de menor complexidade, como a luta pela vida e a variação aleatória da informação genética.

Podemos, então, situar a obra de Darwin como o divisor de águas desta temática, entre:

- (i) Uma versão anterior, tradicional, que tendia a ressaltar a marcante diferença cognitiva do homem em relação aos outros seres vivos como importante para suas pretensões conceituais, uma vez que o homem está, pela posse da razão, em uma posição única no mundo natural.
- (ii) Uma versão posterior, que tenderia a ressaltar as semelhanças cognitivas entre o homem e os outros seres vivos, como importantes para suas pretensões conceituais. O que resultaria na destituição do homem de um lugar especial e privilegiado no quadro da natureza.

Possivelmente se encontrará do lado de fora desta dicotomia um desenvolvimento da teoria do conhecimento que não pretende, pelo menos não declara pretender, fazer afirmações de qualquer consequência acerca do estatuto biológico dos portadores deste conhecimento. Ao contrário, aborda questões referentes à forma que assumem as teorias ou alegações de conhecimento.

Pode-se, portanto, considerar a epistemologia como uma disciplina de pretensões normativas que, por razões metodológicas, não tenha que se ver obrigada a resolver problemas como este, da distinção entre o ser humano e outras espécies, justamente porque, por lidar apenas com as condições em que o conhecimento é válido ou não, não precisa dar conta da origem histórica – alguém ousaria dizer biológica – das capacidades da produção deste conhecimento. A epistemologia voltar-se-ia para as condições em que certas afirmações são válidas, e não para as capacidades de seus portadores em produzir tais afirmações.

Poder-se-ia descrever o sujeito conhecedor imaginado pela teoria do conhecimento não como um indivíduo natural, mas sim como um modelo ao qual se vai tentar aplicar estruturas de explicação. Então, por razões metodológicas, a epistemologia, assim entendida em caráter normativo, não estaria levando em conta um integrante da espécie *homo sapiens*, com sua história evolutiva, dotado de uma determinada bagagem genética em comum com outros primatas, e adicionado a isso determinados instintos e capacidades naturais.

A epistemologia, ou teoria do conhecimento, estaria preocupada com o resultado de um processo de interpretação de informações, produção de respostas na forma de afirmações e teorias, e em sua validade ou sucesso, independentemente das condições ou da história evolutiva do suporte destas afirmações. Assim definida a área da epistemologia, o problema da evolução de nossas estruturas cognitivas seria situado no terreno da psicologia experimental, ou no da biologia do comportamento. Segundo Thomas Nagel em sua obra *A última palavra*: “A menos que seja acoplada a uma base independente de confiança na razão, a hipótese evolucionista é mais ameaçadora do que tranquilizadora”, e, com mais ênfase:

uma compreensão externa da razão como meramente outro fenômeno natural – um produto biológico, por exemplo – é impossível. Razão é tudo aquilo que consideramos necessário usar para compreender qualquer coisa, incluindo ela própria. E se tentarmos compreendê-la meramente como um fenômeno natural (biológico ou psicológico) o resultado será uma explicação incompatível com nosso uso dela e com a compreensão que temos dela ao usá-la (Nagel, 2001 [1997], p. 167).

Mas, como dissemos, esta é uma decisão metodológica e, portanto, é preciso que os seus defensores aleguem razões a favor de tal posição. Antes de mais nada, a posição de considerar um sujeito idealizado na discussão epistemológica parece ser um resíduo do modelo de ser humano que era usual nas pesquisas em filosofia especulativa até o século XVIII. Trata-se do período que antecede o desenvolvimento considerável e a estruturação das ciências da vida em torno de uma teoria unificadora, como a de Darwin. Neste período, quando as ciências naturais estavam em franco desenvolvimento, e o mundo intelectual ainda podia observar o recente êxito de Newton, a teologia natural, assim como a ideia de uma ordem natural, conviviam com um conceito tradicional de razão. Além disso, a ideia de natureza como mecanismo, reforçada na física e na teologia natural, tinha, como uma de suas características, a de considerar que as leis naturais devem ser fixas. Cada fenômeno era regido por uma lei constante e ocupava um lugar determinado na natureza.

A razão era predominantemente considerada uma faculdade tipicamente humana, e que tornava seus portadores radicalmente diferentes de tudo o mais no mundo vivo. Poucos argumentos podiam se opor a este modo de ver. O estudo da mente humana e de sua capacidade de conhecimento e raciocínio era alvo do ânimo dos filósofos, mas não chegava a ser considerado como uma parte das ciências naturais. Não havia sido ainda lançada ao público uma teoria que contasse com suficiente força conceitual e experimental para unificar os dois campos.

Outro modo de formular esta questão é perguntar se a filosofia está ou não em condições de julgar até que ponto a nossa natureza biológica é relevante para a compreensão das questões da teoria do conhecimento. Enquanto alguns autores – na verdade um número crescente deles – se voltam para as informações da ciência contemporânea como uma fonte crucial de informações, outros alegam que a teoria do conhecimento não poderia basear-se nos resultados da investigação científica, uma vez que sua tarefa é a de avaliar e considerar os fundamentos desta mesma investigação. Assim, a similaridade entre a capacidade humana e a capacidade de outros seres vivos de produzir conhecimento permanece um ponto de divisão e disputa entre os epistemólogos. Mesmo que teorias consagradas (principalmente a partir do paradigma darwiniano) tenham mostrado as similaridades entre o que se tem chamado de “razão” no homem e o que se poderia chamar de “razão” nos animais, ainda assim permanece uma via argumentativa que quer mostrar que a teoria do conhecimento não deveria se sentir afetada profundamente

por estas descobertas. Se não fosse assim, a teoria do conhecimento poderia se dirigir folgadoamente pela via aberta pelo naturalismo evolucionista. O caso é que a epistemologia pode muito bem ser pensada, como Nagel o faz, por exemplo, como anterior logicamente ou, no mínimo, como um estudo de outra ordem, em relação à descrição do homem como um ser vivo entre outros.

Conclusão

Pode-se conceber que a dissolução da distinção qualitativa entre homem e animal, do ponto de vista da razão, teve como efeito a dissolução na distinção qualitativa entre o que é a legítima teoria do conhecimento, de caráter filosófico, e o que é apenas um estudo biológico, ou psicológico, do comportamento dos animais. A fronteira, tendo ficado menos nítida, abre espaço para uma intensa polêmica.

Além disso, poder-se-ia concluir este breve ensaio com uma provocação: Resta decidir até que ponto se pode estender esta analogia, ou seja, até onde a aproximação entre o ser humano e os animais deva ser estendida. Se realmente não há – como não parece haver – uma diferença maior do que uma questão gradual, então se deve tentar estabelecer exatamente qual o caráter especificamente humano, aquele que faz toda a diferença na produção de nossa volumosa cultura e de nosso empreendimento científico. Ou seja, numa corrente de aproximação entre o ser humano e os outros habitantes do mundo natural, qual é o ponto certo para estabelecer entre nós e eles uma separação?

No fim das contas, não pode passar despercebido o quanto este debate se constitui em uma reflexão, no estrito sentido do termo: a mente humana enxergando a si mesma, ou interrogando a si mesma e a seus próprios poderes. Tentando enxergar-se e compreender-se como uma parte do mundo natural. Uma parte que é distinta em alguns aspectos e similar em outros a outras estruturas complexas que compõem este mundo.

Referências

- DARWIN, C. 1952. *The Origin of Species* [1859, 1860] & *The Descent of Man* [1871]. Chicago/London, William Benton Publisher, 347 p.
- DENNETT, D. 1998. *A perigosa idéia de Darwin*. Rio de Janeiro, Rocco, 609 p.
- DESCARTES, R. 1987. *Discurso do método*. São Paulo, Nova Cultural, 154 p. (Os Pensadores).
- HUME, D. 1999. *Enquiries Concerning Human Understanding*. (EHU, 1748). Oxford, Oxford University Press, 304 p.
- LEIBNIZ, W. 1987. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultural, 203 p. (Os Pensadores).
- LOCKE, J. 1987. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultural, 212 p. (Os Pensadores).
- NAGEL, T. 2001 [1997]. *A última palavra*. São Paulo, Editora UNESP, 176 p.

*Submitted on May 25, 2009.
Accepted on December 3, 2009.*